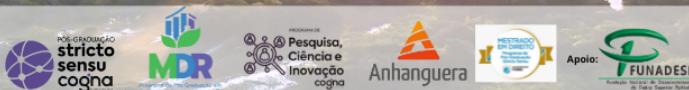


# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



## Da Bitributação à Teoria da Proibição do bis in idem no Direito: A Natureza excepcional da constitucionalidade do Bis in Idem no Direito Tributário Brasileiro

### Autor(es)

Ana Maria Foguesatto  
Diogo Ricardo Martins Balestra  
Luane Flores Chuquel  
Beatriz Fátima Andretta

### Categoria do Trabalho

Pesquisa

### Instituição

FACULDADE DE DIREITO DE URUGUAIANA - ANHANGUERA

### Introdução

O consagrado princípio do direito penal "non bis in idem", ao proibir a duplicidade de punições e julgamentos, constitui pilar fundamental na garantia e manutenção da justiça, porém a sua aplicação no campo tributário é um tema polissêmico gerando discussões acaloradas. No Brasil, a possibilidade de um mesmo ente tributante incidir sobre o mesmo fato gerador, sob certas condições legais, desafia a interpretação tradicional desse princípio. Além do mais a Magna Carta veda a Bitributação em seu artigo 151, inciso I, gerando controvérsias ainda mais fervorosas sobre o tema. O estudo científico terá como problemática principal a excepcionalidade da constitucionalidade do "bis in idem" em matéria tributária, bem como a sua diferenciação doutrinária com relação à Bitributação. A presente pesquisa científica analisará ainda, através do método hipotético-dedutivo aliado a revisão bibliográfica exploratória, os limites deste princípio junto ao ordenamento jurídico brasileiro.

### Objetivo

Objetiva-se compreender e analisar a existência, a excepcionalidade de sua constitucionalidade, a diferenciação quanto a Bitributação, bem como os limites do "bis in idem" no contexto tributário brasileiro.

### Material e Métodos

A metodologia aplicada à pesquisa científica é o método hipotético-dedutivo aliado à pesquisa bibliográfica e documental. Para a obtenção dos resultados, foi realizada uma pesquisa exploratória bibliográfica abrangente, com o objetivo de analisar a literatura existente sobre o tema, verificando leis e jurisprudências, capacitando assim o entendimento do "bis in idem" no contexto tributário brasileiro, estabelecendo uma sólida fundamentação teórica para a investigação.

Para o avanço da pesquisa bibliográfica ou revisão da literatura, foram utilizados o "Google Acadêmico" e plataformas de busca como "Research Rabbit" para encontrar artigos acadêmicos e científicos. Os seguintes descritores foram empregados: Bis in idem e Bitributação, Bis in idem no Direito Tributário, constitucionalidade do bis in idem e da bitributação. A pesquisa abrangeu artigos científicos publicados entre 2014 e 2024.

### Resultados e Discussão

Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2024. Anais [...]. Londrina Editora Científica, 2024. ISBN: 978-65-01-19305-2

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



Os resultados indicam que "Bis in idem" é uma expressão em latim que significa "duas vezes sobre a mesma coisa". No contexto tributário, isso ocorre quando um mesmo ente federativo tributa (Gênero Tributo) o mesmo fato gerador através das espécies derivativas do tributo, como no caso do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incidem sobre o lucro das empresas.

A Carta Magna proíbe a bitributação em seu artigo 151, inciso I, tornando-se assim relevante a diferenciação com relação ao "bis in idem". A bitributação ocorre quando dois entes federativos diferentes cobram tributos sobre o mesmo fato gerador, o que, em regra, é considerado inconstitucional. Por exemplo, se dois municípios tentam cobrar o Imposto sobre Serviços (ISS) sobre o mesmo serviço, isso configura bitributação. Além disso, existem outras permissões, sob certas condições legais, contemplados pela Magna Carta os quais acaloram ainda mais o debate sobre o tema.

## Conclusão

O "bis in idem" no direito tributário brasileiro existe como uma exceção, gerando debates sobre sua constitucionalidade. O STF admite a incidência de diferentes tributos sobre o mesmo fato gerador se houver previsão legal. Contudo, críticas apontam que isso pode infringir princípios como capacidade contributiva e igualdade. A doutrina discute se essa autorização é compatível com um sistema tributário justo. Cabe ainda ressaltar que a relevância do tema persiste, mesmo com a reforma tributária.

## Referências

ALBUQUERQUE, José Gomes et al. Tributação Sobre a Renda (IRPJ/CSLL) - Controvérsias Tributárias e os Precedentes do CARF - Volume 1. 1º edição. São Paulo: Editora FOCO, 2022.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Reforma Tributária Comentada e Comparada: emenda const. 132, de 20 de dezembro de 2023. São Paulo: Editora Alas, 2024.

OGATA, Fernanda; BRITO, Thaianne. IRPJ e CSLL - Análise e Aplicação: Guia Prático dos Principais Assuntos. 1º edição. São Paulo: Editora Trevisan, 2021.

PEIXOTO, Marcelo et al. Análise de Casos Sobre Aproveitamento de Ágio. Irpj e Csll. À Luz da Jurisprudência do Carf. São Paulo: Editora MP, 2015.